

CONGRESSO

CCJ vota projeto para anistiar golpistas

A proposta também é vista pelo PL, partido de Bolsonaro, como um caminho para livrar o ex-presidente da inelegibilidade

• LUANA PATRIOLINO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara deve votar, hoje, o projeto que anistia os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. A proposta, que teve parecer favorável do relator Rodrigo Valadares (União-SÉ), abrange, inclusive, as pessoas que fizeram doações, forneceram apoio logístico ou publicaram mensagens nas redes sociais dos golpistas.

O projeto é visto pelo PL como o caminho para reverter a inelegibilidade do ex-presidente **Jair Bolsonaro**. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, admitiu, em meados deste mês, que vai lutar para incluir o ex-chefe do Executivo na proposta. Ele argumentou que o caminho legislativo é mais "fácil" do que tentar uma decisão favorável na Justiça Eleitoral. "O projeto de lei não trata do assunto do Bolsonaro. Vamos ter de fazer isso no andar da carruagem", frisou, na ocasião.

Ontem, Costa Neto afirmou que vai se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o projeto. E contou que pedirá ao parlamentar para conversar com o STF, na tentativa de reduzir as penas dos golpistas. "Temos que trabalhar com o projeto de anistia, que está na CCJ. Tenho uma reunião com o Arthur para falar sobre isso, porque precisa ser dentro da lei. Precisamos disso. Mas precisamos saber qual a maneira", destacou, em entrevista à GloboNews.

A proposta em tramitação também derruba todas as medidas de restrição de direitos impostas aos golpistas, como prisão, uso de tornozeleira eletrônica e limitações ao uso de meios de comunicação, plataformas digitais e redes sociais deles.

No parecer, Valadares argumenta que as condenações são injustas, pois, segundo ele, não houve tentativa de golpe em 8 de janeiro "devido à falta de liderança e à ausência de apoio militar". Também diz que os extremistas "não souberam naquele momento expressar seu anseio".

Os ataques provocaram prejuízos de mais de R\$ 23 milhões, de acordo com as instituições

Abuso de poder político

Bolsonaro está inelegível por oito anos. Em 2023, ele foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político na corrida eleitoral de 2022. Em julho daquele ano, o então presidente fez uma reunião com embaixadores na qual colocou em dúvida a lisura do processo eleitoral, sem apresentar provas.

afetadas. A maior destruição ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF), que teve gasto de R\$ 12 milhões na reparação dos danos materiais.

Os envolvidos foram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de omissão, abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável contra o patrimônio da união e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

Provas robustas

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), suplente da CCJ, frisou que o Congresso não pode permitir a impunidade para os acusados e destacou haver provas robustas para manter as condenações.

"O Brasil inteiro viu que diversos crimes foram cometidos, desde os acampamentos em que pediram intervenção militar até a depredação das sedes dos Três Poderes", afirmou ao Correio. "Para tentar livrar Bolsonaro, a extrema-direita admite anistiar até mesmo quem colocou bombas nas proximidades do aeroporto para realizar um ato terrorista."

Na sessão de leitura do parecer no colegiado, no início do mês, o deputado Chico Alencar (PSol-RJ) ressaltou que houve uma "trama golpista" contra o Estado de Direito. "A dosimetria das penas pode ser contestada, mas não é disso que se trata aqui. Aqui se quer apagar, fingir que não aconteceu uma trama articulada, inclusive com figuras da política, para impedir a fruição da democracia", criticou.

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, comandada pela deputada Caroline de Toni (PL-SC), é dominada por parlamentares bolsonaristas

Emendas parlamentares em debate

Para tentar livrar Bolsonaro, a extrema-direita admite anistiar até mesmo quem colocou bombas nas proximidades do aeroporto para realizar um ato terrorista"

Erika Kokay (PT-DF), deputada federal

O Congresso também discute, nesta semana, o projeto de lei complementar que trata sobre transparência e rastreabilidade de emendas parlamentares. As lideranças da Câmara e do Senado se reúnem para acertar os detalhes de como cumprir as exigências determinadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os repasses.

O projeto foi apresentado pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento de 2025. Segundo ele, o texto atende às demandas dos Três Poderes.

"Atendemos ao Congresso, que está na expectativa de esse projeto ser normatizado. E, na qualidade de relator-geral do Orçamento, não poderia esperar mais. Esse projeto não é de minha autoria. É de autoria de todo o Congresso, em uma parceria com o Executivo e atendendo também ao Judiciário", destacou ao Correio.

A previsão é finalizar as votações até, no máximo, a primeira quinzena de novembro. "O PLP que apresentamos visa aprimorar a transparência, a rastreabilidade das emendas impostas, das emendas de comissão, das emendas de bancada, atendendo, assim, à solicitação do ministro Flávio Dino, do STF", ressaltou. "É também parte do Poder Executivo, que solicitou que colocássemos nesse projeto a correção dessas emendas anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo arcabouço fiscal", reiterou o relator.

Na semana passada, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o advogado-geral da União, Jorge Messias, se reuniram no STF com o presidente da Corte, Luis Roberto Barroso, e com Dino para discutir o projeto. (LP)

Saiba mais

O projeto de lei complementar prevê mecanismos de controle mais rígidos para as chamadas emendas Pix. Pelo texto apresentado pelo senador Ângelo Coronel, essa modalidade de pagamento (formalmente chamada de "transparência especial") deverá priorizar obras inacabadas.

Além disso, os parlamentares que forem autores de emendas Pix terão de informar o objeto junto do valor da transferência. Atualmente, não existe esse tipo de obrigação. Os deputados e senadores podem destinar uma quantidade de recursos que vai direto ao caixa das prefeituras e dos governos estaduais, sem nenhum controle sobre como o gestor público local gastará esse dinheiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2